

REFUNCIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DE SÍTIOS URBANOS HISTÓRICOS NO BRASIL: DAS HERANÇAS SIMBÓLICAS À REPRODUÇÃO DE SIGNOS CULTURAIS

Maria Tereza Duarte PAES¹

Resumo

A refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil tem estimulado a patrimonialização de tais sítios, as políticas de promoção da imagem de inúmeras cidades, assim como incorporado a cultura como ideologia espacial nas práticas do consumo, tema que ainda carece de uma investigação geográfica mais sistemática. Uma abordagem crítica e geográfica deste processo descentraliza as teorias ligadas ao restauro, ou às formas, e põe em evidência as relações sociais de uso destes patrimônios culturais, de modo a revelar os conflitos e a legitimidade da apropriação e da reprodução do lugar em permanente resposta a este novo valor a ele agregado.

Palavras-chave: Refuncionalização. Patrimônio cultural. Geografia.

Resumé

La refonctionnalisation touristique des centres urbains historiques au Brésil: des héritages symboliques à la reproduction des signes culturels

La refonctionnalisation touristique des sites urbains historiques au Brésil a stimulé la patrimonialisation de ceux-ci, les politiques de promotion de l'image de nombreuses villes, ainsi qu'a incorporé la culture comme idéologie spatiale dans les pratiques de la consommation, thème qui manque encore d'une recherche géographique plus systématique. Une approche critique et géographique de ce processus décentralise les théories liées à la restauration, ou aux formes, et met en évidence les relations sociales d'utilisation de ces patrimoines culturels, de façon à révéler les conflits et la légitimité de l'appropriation et de la reproduction du lieu en une permanente réponse à cette nouvelle valeur qui lui est ajoutée.

Mots clés: Refonctionnalisation. Patrimoine culturel. Géographie.

¹ Departamento de Geografia – UNICAMP - E-mail: paes.tereza@gmail.com - Bolsista Produtividade do CNPq.

APRESENTAÇÃO

A *refuncionalização*² dos sítios urbanos históricos³ tombados no Brasil representa, hoje, a possibilidade de colocar tais cidades no mercado do turismo e do consumo cultural, processo que tem estimulado a *patrimonialização* de tais sítios pelos órgãos de preservação, as políticas de promoção da imagem no planejamento urbano de inúmeras cidades (BERDOULAY e PAES, 2008), assim como incorporado a cultura como *ideologia espacial* nas práticas do consumo (DEGRÉMONT, 1996). Uma abordagem crítica e geográfica deste processo descentraliza as teorias ligadas ao restauro, ou às formas, e põe em evidência as relações sociais de uso destes patrimônios culturais, de modo a revelar a apropriação e a reprodução do lugar, em permanente resposta, domínio ou resistência às *verticalidades* (SANTOS, 1996) a ele impostas.

Outra hipótese estruturadora de nossas investigações é a de que a geografia possui uma contribuição específica para o processo contemporâneo de valorização do patrimônio histórico e arquitetônico, sobretudo associada aos seus usos – campo pouco ou nada investigado nos inventários realizados por historiadores e arquitetos –, e nas instituições responsáveis pelo tombamento, instâncias onde os geógrafos têm uma participação ainda tímida.

Partindo destas hipóteses afirmamos que, embora a patrimonialização de expressões culturais marcantes do passado possa nos oferecer o sentido de continuidade da história, de modo a imaginarmos um futuro no qual nossa preservação e reprodução social sejam garantidas, é no presente que a trama da vida é tecida, permanentemente, com os objetos, as ações e os sentidos da realidade socioespacial.

Nesse sentido, definir o que é legítimo ou autêntico no patrimônio cultural arquitetônico tornou-se um recurso discursivo com baixa credibilidade, afinal, onde está o valor da memória que se quer preservar? Nos materiais e nas técnicas originais com os quais as edificações foram erguidas? Na estética que representou o belo em período histórico pretérito? Na história social que deu conteúdo, sentido e função às formas remanescentes? Ou seria os valores do presente o sujeito que elege determinadas formas como representativas do

² Em artigos anteriores desenvolvemos a concepção geográfica de refuncionalização de centros históricos (LUCHIARI, 2005, PAES, 2009b), sempre tomando-a como o processo que engloba inúmeros projetos de renovação urbana, tais como: gentrificação, enobrecimento, reabilitação, requalificação, revitalização, entre outros.

³ A conceituação de *centros históricos* ainda é pouco precisa para os órgãos da preservação patrimonial no Brasil. Não há um rigor conceitual que fixe os conceitos na continuidade do tempo. Assim, monumentos, conjuntos arquitetônicos, urbanísticos, sítios históricos, paisagísticos vão se sucedendo de acordo com o momento histórico, político e o contexto intelectual e imagético a influenciar as deliberações em seus Conselhos. Em 1987 Lia Motta, arquiteta e coordenadora à época do *Setor de Inventário de Bens Imóveis da Coordenadoria de Registro e Documentação da SPHAN*, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, escrevia: "Existem hoje 29 centros históricos tombados, sob a tutela do Patrimônio" (MOTTA, 1987, p.108). Hoje, em uma rápida investigação no site do IPHAN (<http://www.iphan.gov.br/>), entre os 119 bens encontrados no Arquivo Noronha Santos (Livro do Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, ainda não atualizado, pois não consta São Luiz do Paraitinga, SP, tombado em dezembro de 2010), excluindo museus, monumentos e casas isoladas, coleções, fazendas, sítios arqueológicos, cemitérios, Parques, morros, estádio, lagoa, praças, palácios, ilhas, solar, forte, grutas, presépio, sambaqui, sítio físico, açude, passeio público, terreiros, conjuntos arquitetônicos isolados, encontramos 44 tombamentos com as denominações de: Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico; Conjunto Arquitetônico; Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico; Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Natural e Paisagístico; Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico do Centro Histórico; Conjunto Arquitetônico e Urbanístico; Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico; Centro Histórico e Paisagístico; Centro Histórico; Conjunto Paisagístico e Urbanístico; Conjunto Urbano; Conjunto Arquitetônico e Paisagístico (da Cidade e/ou do Município). Diante desse quadro, optamos por utilizar simplesmente *sítios históricos*, e tomar a discussão e a delimitação dos conceitos como objeto de nossas pesquisas. Para a aplicação de metodologias mais detalhadas, de campo e mapeamento na escala grande, utilizamos a delimitação do perímetro tombado do centro histórico, ou seja, a área que concentra o conjunto o conjunto histórico arquitetônico.

passado? E aqui referimo-nos aos homens, com suas escolhas, hierarquias, seus valores institucionalizados em comissões, Conselhos, suas ações e suas normas para decretar o que deve ser preservado – tombado – e o que pode ser esquecido.

Apoiando-nos nestas reflexões teóricas, olhamos para o processo de refuncionalização dos centros históricos brasileiros (PAES, 2009b), e reconhecemos, em sua grande maioria, o direcionamento para o uso turístico. No caso do Brasil, sobretudo os centros históricos de cidades coloniais, muitos deles preservados por terem ficado à margem do processo de modernização e urbanização do país, são agora valorizados como cenários de valor cultural distintivo para o consumo turístico. Desde os anos 1990, a recuperação destes centros históricos tem sido uma estratégia orquestrada para recuperar a economia política destas cidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005). Apoiadas por projetos, planos e financiamentos públicos e privados, pelos poderes municipais, estaduais e federais, assim como por outros órgãos e instituições⁴, estas cidades entraram na competitividade pela atração de visitantes e aportes financeiros tendo como estratégia a recuperação ou o tombamento de seus centros históricos.

DA PRODUÇÃO SIMBÓLICA DE BENS CULTURAIS À REPRODUÇÃO DE SIGNOS

Para além das permanências e idealizações da identidade institucionalizada, cabe-nos perguntar: quais valores preservamos? Para Mazivieiro (2008, p.13) a condição humana não pode prescindir da memória “cujo pré-requisito existencial, a despeito da sua característica fluida, é a materialidade”.

Enquanto os lugares constituem-se de memória e identidade, e por isso são únicos (GASTAL, 2002, p.77), as paisagens onde eles habitam compõem os marcos – ora rígidos, ora dinâmicos – de sua existência e de suas matrizes. Como afirma Arantes (1997, p. 288):

Os marcos culturais de pedra e cal, antigas estruturas arquitetônicas em paisagens urbanas [...] celebram realizações políticas e estéticas, sempre sujeitas a reelaboração pela cultura vernacular na luta pela legitimação dos interesses práticos, valores estéticos e visões do mundo. Eles são, além disso, resultado de processos que transformam ‘espaços’ em ‘lugares’, isto é, em sítios habitados por pessoas que vivem de forma determinada e que os consideram como algo que lhes pertence ou, no mínimo, lhes dizem respeito.

A memória é sempre seletiva na escolha de suas representações. Como já afirmamos anteriormente, a preservação do patrimônio cultural é “um processo seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói” (LUCHIARI, 2005, p.96), e, embora esta seleção não dê conta da totalidade do tempo histórico, é ela que nos possibilita o sentido de continuidade (JEUDY, 2005).

Para Nora (1992, p. 18), a memória “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Para ele, é a fusão entre estes dois tempos, do passado histórico e de sua memória, no presente, que constitui os *lugares de memória*. Assim, ao reconstituirmos a história é esta que se tornaria relativa, enquanto a memória seria o nosso absoluto, vivida na intimidade do presente.

⁴ Sobretudo pelos Ministérios da Cidade (MinC), com auxílio da Caixa Econômica Federal, da Cultura (por intermédio do - IPHAN)) e do Turismo (com o apoio estrutural e logístico do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR), e Programas com apoio internacional, da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO, e verbas do Banco Mundial,

Conforme nos aponta Gonçalves (2005, pp. 16-17), a categoria patrimônio é ponte, mediação entre dimensões tratadas como oposições na ciência: o material e o imaterial, o sujeito e o objeto, o corpo e o espírito, o sagrado e o profano, o passado e o presente. Interpretado dessa maneira, o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, o sujeito e o seu meio, as razões práticas e as razões simbólicas. O patrimônio cultural torna-se fato social, e é o espaço que dá substância ao ser social e à memória, tornando-a durável (MENESES, 2006, PAES, 2009a). Há uma alquimia entre espaço e memória que permite que o tempo seja capturado nesse híbrido de solo e significado que se mostra no presente (PIVETEAU, 1995, pp. 114-115). O território, a paisagem ou o *lugar de memória* permitem que esta ganhe concretude.

Logo, o poder do patrimônio cultural não está no objeto, mas no sujeito, portador e atribuidor de significados que perpetua o bem cultural no espaço e o coloca na esfera de poder das trocas simbólicas. Assim, enquanto no Brasil alguns sítios históricos foram tombados pelo valor de sua arquitetura barroca colonial, como obra de arte (sobretudo Ouro Preto), patrimônio que ganhou estatuto ideológico e político de identidade nacional na década de 1930; a partir dos anos 1980 muitos sítios de valor histórico arquitetônico seriam tombados pelo seu potencial valor turístico, ou econômico.

Embora os bens culturais possuam ambos, valor estético e documental, o primeiro, associado à arte, representaria a sua essência no sentido de ser a obra como a produziu o artista. Já o valor histórico é simbólico no sentido de atribuir ao bem um valor externo à forma já produzida. Assim, o estilo arquitetônico colonial tomado como referência de identidade nacional foi um valor histórico atribuído aos sítios tombados. Mas tanto o valor estético, como obra de arte, como o histórico, como identidade nacional, destituíram o valor social da dinâmica interna destas cidades. Em relação à forma, ou, à datação dos edifícios, reformas, trocas de materiais, usos, usuários e proprietários pouco sabemos. O marcador da legitimidade da memória histórica é o conjunto paisagístico da arquitetura colonial.

Muitos sítios coloniais tombados no Brasil já vivenciaram períodos de ruínas ou destruição (como Tiradentes, MG, tombada em 1938) (MADUREIRA, 2011), e foram recuperados por construções novas. Este preenchimento de vazios nos centros históricos é uma questão polêmica. Se, de um lado, o preenchimento dos lotes vazios nas áreas urbanas é uma estratégia defendida por muitos, com o argumento do aproveitamento do espaço e de suas infra-estruturas - além de evitar os problemas socioambientais e os assentamentos indesejáveis -, quando se associa ao valor de um patrimônio tombado, resta a dúvida: como compor formalmente com este conjunto paisagístico?

Alguns defendem o *estilo patrimônio*, uma arquitetura mimética que, como um simulacro, reproduz o estilo, a estética, a volumetria, mas não necessariamente os materiais ou as técnicas empregadas originalmente⁵. Outros defendem a intervenção paisagística do contemporâneo que, como um novo documento, deve marcar a paisagem pretérita com os elementos do presente. Um caso exemplar desta concepção foi a construção do Grande Hotel de Ouro Preto (MG), em 1943, com o projeto modernista de Oscar Niemeyer destacando-se na paisagem colonial por seu estilo e volumetria. A justificativa apresentada pelos modernistas, neste caso por Lúcio Costa⁶, foi a defesa da obra de arte arquitetônica. Para Motta (1987, p. 109), naquele momento, não só a edificação, mas, a própria cidade foi vista como obra de arte, ou objeto idealizado, "matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista", sem população, sem sujeitos.

⁵ No caso da reconstrução de parte do centro histórico de São Luiz do Paraitinga (SP), iniciada em 2010, depois de sua inundação, vários projetos substituíram paredes de taipa pelo concreto armado, já que este material é mais resistente às enchentes nessa área de risco.

⁶ A transcrição da carta de Lúcio Costa, em defesa do projeto de Oscar Niemeyer, encontra-se na íntegra no artigo de Motta, Lia (1987, pp.109-110).

Outros mais puristas defendem a reprodução do original em material, técnicas e estilos; e há os que defendam a produção de edificações novas, respeitando volumetrias, formatos e elementos estilísticos de modo a não conflitar com o conjunto paisagístico. Em oposição a estas concepções, embora refira-se a um monumento, e não a um vazio urbano, o caso mais reconhecido de composição entre o antigo e o contemporâneo é a pirâmide envidraçada no centro do pátio do Museu do Louvre, em Paris, França, mostrando, segundo Choay (2001, p.16), que “Arquiteturas e espaços não devem ser fixados por uma idéia de conservação intransigente, mas sim manter sua dinâmica”.

O *estilo patrimônio* pode falsear alguns atributos materiais da memória, levando o transeunte a confundir-se na distinção entre o que é original e o que é cópia ou imitação. Esta cenarização apenas comporia melhor para a fruição e consumo de tais paisagens, sobretudo aos olhos do turismo. No campo da patrimonialização, enquanto alguns especialistas defendem que estamos tombando apenas cenários – fachadas e volumetrias – sem valorizar os conteúdos socioculturais aos quais remetem; outros consideram que a fachada e a volumetria é a face pública do edifício ou do conjunto paisagístico, suficiente para o papel de resgate da memória histórica ou artística, ainda que no interior da edificação sua função possa ser, por exemplo, a de um estacionamento de automóveis. Em todo o mundo, a questão da cenografia, ou *disneyficação*, é um desafio teórico a ser pensado na produção do espaço urbano – até que ponto estaríamos elegendo signos vazios de conteúdos simbólicos sociais e históricos? A imagem eleita é parte constituinte da representação da memória que se quer preservar – e as imagens que produzimos ou preservamos nos permitem refletir sobre o nosso próprio imaginário.

Se observarmos as normatizações de parâmetros e restrições para construção e reformas em centros históricos tombados no Brasil, temos que reconhecer que os órgãos de preservação e os seus conselhos de especialistas têm sido responsáveis por tais escolhas. Para Lia Motta (1987, p.115), o detalhamento das exigências para as novas construções e reformas, acabou tornando também o IPHAN responsável pelo *estilo patrimônio* em Ouro Preto (MG): “Eram exigidos telhados em duas águas, com telha canal, galbo no contrafeito e beiral encachorrado, janelas em guilhotinas com caixilhos [...], pintura de cor branca nas alvenarias e cor escura nas madeiras”.

Por outro lado, encarar a questão dos simulacros nas paisagens urbanas contemporâneas nos impõe algumas questões sobre o patrimônio e o planejamento. O fato de preservarmos apenas as fachadas e não percebermos mais o que se destruiu ou construiu nos centros históricos invalidaria o valor documental destas paisagens? A reconstrução ou o modelo fachadista é somente uma *mis-em-scène* para o turismo, uma *espetacularização* das cidades, ou devemos assumir sermos nós a sociedade da reprodução, como bem colocou Walter Benjamin?

Pensando geograficamente, como interpretar as relações socioespaciais se o seu suporte formal e significativo – a paisagem – é uma espetacularização do passado, adaptada aos valores e funções do presente? A visada estetizante dissimularia no cenário a memória? Estas são questões importantes para reflexão sobre cidades que reconhecemos como coloniais, mas que são também produtos dos séculos XIX e XX, como é o caso de São Luiz do Paraitinga (SP). Ainda que essa re-criação possa ser contestada não seria ela, justamente, a representação da dinâmica socioespacial que legitima ou não o patrimônio cultural conferindo-lhe sentido nos usos e na fruição do tempo presente? Afinal, em nossas cidades, o que é permanente é a mudança.

Alguns clássicos da teoria do restauro podem nos ajudar. Para o inglês John Ruskin (1819-1900), o bem arquitetônico patrimonial original contém a alma, ou a substância de nossa memória. Para Choay (2001, p. 154), Ruskin defendeu “[...] um anti-intervencionismo radical [...] que deriva de sua concepção de monumento histórico”. Para ele, a ruína era melhor que o restauro, a reconstituição ou a cópia, o que atentaria contra a autenticidade que é a essência sagrada da obra. As concepções conservadoras de Ruskin justificavam-se

na crítica – ou no medo – de que a produção industrial em série levaria à perda do trabalho e da arte dos construtores e artesãos (RUSKIN, 2008 [1ª Ed. 1849])⁷.

Contrapondo-se às idéias de Ruskin, o francês Viollet-le-Duc (1814-1879) estabeleceu os princípios para intervenções em monumentos, a metodologia do trabalho científico para restauração e melhoria (técnica e de materiais) da obra arquitetônica. Foi responsável por inúmeras restaurações, reconstituições, cópias de vários monumentos reconhecidos na França, como a “fachada gótica inventada da catedral de Clémont-Ferrand, flechas acrescentadas à Notre-Dame de Paris e à Sainte-Chapelle” (CHOAY, 2001, p. 157), entre muitas outras. Para Choay (2001, p. 161) “Viollet-le-Duc tem a nostalgia do futuro, e não a do passado”.

E é no futuro que estamos. A preciosidade da autenticidade estética não pode sobrepor-se à autenticidade social e histórica. Ou, como questiona Choay (2001, p.161): “Pode-se verdadeiramente abstrair-se do tempo em que se vive?”. Nossos centros históricos dizem que não. É de presente em presente que estas paisagens preteritamente constituídas agregaram sentidos, formas, materiais, funções, valores e volumes que hoje compõem a cena que valorizamos. Ou melhor, que nós, turistas – para lembrar Krippendorf (1989), para quem os turistas não são os outros – valorizamos. Mesmo que as formas permaneçam, os sentidos são outros, com outras funções e determinantes estruturais em um processo histórico em permanente movimento.

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E DE MÉTODO, OU, O OLHAR DISCIPLINAR

As reflexões teóricas da preservação e do restauro são mais afeitas aos monumentos isolados em seu encantamento artístico e origem histórica. Em nossos centros históricos, ou, nas cidades coloniais brasileiras, muitas vezes constituídos de edificações singelas, representantes das classes mais populares da sociedade colonial, é o *conjunto paisagístico* que ganha valor. E aqui encontramos uma concepção bastante geográfica que tem servido de parâmetro para a preservação ou alterações em edificações de centros históricos brasileiros⁸.

Tanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quanto o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), utilizam como critério de proteção o conjunto paisagístico, impedindo a demolição ou reforma de edificações que possam comprometer a estética deste conjunto, ainda que alguns edifícios, isoladamente, não tenham valor patrimonial ou sequer sejam do período colonial. Mas justamente por possuírem um valor imagético forte, o preenchimento de vazios, as reformas, os acréscimos que componham com este conjunto, para perpetuá-lo, são justificados.

E aqui temos uma dimensão formal entre a totalidade (o conjunto paisagístico ou o centro histórico) e as partes (suas edificações isoladas) no processo de patrimonialização. Ou seja, o conjunto não existe sem as partes, nem estas sem o conjunto.

⁷ A “A lâmpada da memória” (2008), de Ruskin, onde o autor explicita o movimento anti-restauração, é um capítulo do seu livro *The Seven Lamps of Architecture*. Londres, J. M. Dent & Sons Ltd., 1921.

⁸ Embora não seja objeto deste artigo, nossa investigação também está pautada nas Cartas Patrimoniais, documentos essenciais para entendermos as mudanças mais gerais de concepção do processo de institucionalização do patrimônio, assim como a aproximação entre as estratégias do patrimônio cultural e do planejamento urbano. Nesse sentido, para uma investigação mais detalhada sobre o tema, ver especialmente as Cartas e documentos produzidos nos Congressos Internacionais: 1921, Paris; 1930, Roma; 1931, Atenas (Carta que inclui o uso de pesquisa, técnicas e materiais modernos na restauração); 1964, Veneza (Carta fundamental na concepção de conjuntos urbanos arquitetônicos, que ampliou espacialmente a escala dos monumentos históricos); 1975, Declaração de Amsterdã (que explicita o planejamento urbano como instrumento de preservação); 1992, Carta de Nara, Japão; 2000, Carta de Cracóvia (que atualiza a Carta de Veneza).

Mas enquanto este pode ser o recorte para o olhar formal do arquiteto, é reducionista para o olhar do geógrafo que busca compreender o processo de produção social do espaço. As teorias da restauração têm importância para a nossa reflexão no sentido de que, já no século XIX, nomes importantes como os de Viollet-le-Duc e Camillo Boito⁹ defendiam a prioridade do presente em relação ao passado, e legitimavam as mudanças formais do patrimônio arquitetônico, já que a autenticidade não pode ser preservada por uma norma, como a ação jurídica do tombamento; assim como a sociedade, as formas por ela produzidas são dinâmicas. Esta reflexão sobre as formas-paisagens é apenas ponto de partida para confirmarmos o que dá dinâmica às formas – e aqui encontramos sua causa motora, a sociedade, os seus valores e o permanente processo de refuncionalização, tema central de nossas pesquisas.

Então o quê está acontecendo no lugar, na escala grande onde os agentes, os conflitos de interesses, os sujeitos, os sentimentos de pertencimento, os processos que, dialogando ou resistindo às *verticalidades* (Santos, 1996), contribuem para a sobrevivência do patrimônio cultural? Quem, efetivamente, institui as decisões, as seleções? Os especialistas que pensam o patrimônio histórico ou a população local e os usuários que lhe imprimem outros sentidos?

“De perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), nos aproximamos dessa complexa trama de instituição de sentidos aos centros históricos. Daqueles produzidos no lugar, e do lugar interpretado pelas teorias. Esse percurso interpretativo inter-escalar pode nos fornecer um novo entendimento do processo de refuncionalização de centros históricos em curso.

Embora distante do positivismo funcionalista em termos de método, importa recuperar a importância do trabalho de campo para a geografia humana, de modo a objetivar o processo estudado em termos de uma totalidade mais abstrata e, por vezes, mais generalista, e estabelecer as relações concretas que possibilitam a ponte entre a teoria e a prática por meio de uma *descrição densa* (GEERTZ, 1989), posto que, mesmo mantendo-nos no centro das matrizes teóricas e metodológicas da disciplina geográfica, o nosso recorte, em grande parte, é estruturado pela produção da cultura, seja aquela valorizada pelas *rugosidades* (Santos, 1996¹⁰), os sítios históricos tombados, seja a do espaço social vivido no cotidiano, seja pelas ideologias espaciais¹¹ que produzem *reduções narrativas*, ou, políticas de imagem que encobrem a complexidade histórica e social do lugar ao eleger uma única referência significativa, por exemplo, a cidade colonial. Relembrando os ensinamentos de Lefèbvre (2000, p. 185[1ª ed.1974]):

Se vamos mais além [em relação aos clássicos do restauro], a correspondência cessa. Esquecemos o contexto, os materiais e o material – o fato que a ‘composição’ se inspira em ideologias – que a ‘construção’ depende de relações sociais – que as técnicas influenciam as proporções, os ritmos, os arranjos espaciais e que elas mudam¹².

⁹ No final do século XIX, na Itália, Camillo Boito (1836-1914), importante arquiteto e teórico em seu tempo, analisa e reformula o pensamento sobre o restauro, ponderando as concepções de Viollet Le Duc e de John Ruskin.

¹⁰ Lembrando que, segundo Santos (2001, pp.24-25), “[...] na questão da remodelação do centro urbano, pelo menos duas óticas se defrontam, a da economia política e a da memória urbana. A economia política da cidade supõe o jogo das forças de mercado mais a regulação por ação ou omissão do poder público. Quanto à memória, tanto ela pode ser herdada do passado, como, simplesmente, projetada no futuro. A paisagem é uma herança que pode ou não ser preservada; ela também pode ser deliberadamente construída para tornar-se simbólica”.

¹¹ Para Debord (1997) “[...] Os fatos ideológicos nunca foram simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, como tais, fatores reais que exercem uma real ação deformante; tanto mais que a *materialização* da ideologia provocada pelo êxito concreto da produção econômica autonomizada, na formado espetáculo, praticamente confunde com a realidade social uma ideologia que conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo”.

¹² Tradução livre da autora.

A forma urbana, “*que figura entre as grandes formas*”, na interpretação da produção social do espaço só pode ser compreendida em seu movimento de *forma-conteúdo* (LEFÈBVRE, 2000, p.175[1974, 1ª ed.]). Pensando a cidade historicamente, é possível afirmar que entre obra (realidade prático-sensível) e produto (mercadoria), valor de uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) e valor de troca (de mercado), o segundo termo se impôs.

Referenciando Lefèbvre, Carlos (2004, p. 17) explica como devemos olhar a produção e a reprodução do espaço com outra perspectiva que não só a da economia, mas as das relações sociais em um determinado tempo e lugar, para além do mundo do trabalho e do valor de troca. Esta noção de produção nos leva à compreensão de uma outra totalidade, a da vida cotidiana. Em suas palavras:

Nessa direção, o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção da sua vida (e no que isso implica). É um lugar que se reproduz enquanto referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade e da memória; nessa dimensão, revelaria a condição do homem e da cidade, enquanto construção e obra (CARLOS, 2004, p. 18).

Embora em referência ao planejamento urbano da metrópole paulistana, Carlos (2004, p. 22), afirma também como a destruição das formas urbanas retira as referências locais de identidade e produz a cidade como exterioridade em relação ao indivíduo. Desse modo, tomamos como nossas as palavras de Carlos (2004, pp. 27-28):

[...] a cidade se revela concretamente, e através do uso que dá sentido à vida; é no uso (como ato e atividade) que a identidade se realiza como atividade prática que sustenta a memória. Assim se revela o conteúdo da prática socioespacial. É nessa dimensão que a vida se transforma, na transformação dos lugares da vida. É nesse plano que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando e normatizando usos, através dos interditos da norma. [...] É nesse plano que o espaço é vivido e percebido como fragmento. [...] Na contrapartida, o espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso – um valor de uso – o que desmistifica o discurso, tão evidente hoje, que reduz o cidadão à condição de usuário de serviços, num espaço geométrico e visual onde a vida cotidiana é programada pelo consumo manipulado.

Apoiados nestas reflexões é que afirmamos que a geografia possui uma contribuição específica para o processo contemporâneo de valorização do patrimônio histórico e arquitetônico, sobretudo associada aos seus usos. Além disso, também os aportes conceituais da geografia já estão sendo utilizados pelo estatuto jurídico da proteção do patrimônio cultural: o conjunto paisagístico, a paisagem cultural, o sítio, o “Livro de Registro dos Lugares”, o território do patrimônio, entre outros.

Desse modo, a empiria do hoje – ou como são efetivamente vividos esses *lugares de memória* – e o legado da teoria geográfica, que nos possibilita identificar as ideologias espaciais impressas no patrimônio eleito, nos permitem a compreensão da parte, do fragmento, da paisagem urbana onde o patrimônio histórico arquitetônico é efetivamente vivido como lugar, ligando-se à totalidade socioespacial, ou às estruturas verticais que condicionam a produção e re-produção do espaço.

Enquanto, neste caso, a antropologia partiria dos grupamentos sociais para desvendar “o uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, política, vida associativa, estratégias de sobrevivência [...] responsáveis por sua dinâmica cotidiana” (MAGNANI, 2009, p.107), orientamos nosso olhar a partir das relações socioespaciais objetivadas em territorialidades, de modo a

interpretar, identificar e distinguir aquelas que resultam de relações locais daquelas que são expressões de uma outra totalidade – aquela das redes globais que têm reproduzido centros históricos refuncionalizados em todo o mundo para a fruição do turismo cultural.

Embora a territorialidade seja uma ferramenta analítica de definição ainda imprecisa na geografia, ela compreende uma forma de comportamento socioespacial que tem implicações normativas, onde as relações de poder se projetam. Esse exercício de poder é viabilizado pela criação de fronteiras (inclusive simbólicas) em determinadas áreas, moldando comportamentos, influenciando e controlando os seus usos (PAES-LUCHIARI, 2005, pp. 50-51).

A territorialidade expressa a intencionalidade de estabelecer relações de poder e alteridade, uma necessidade de separar identidades. Podem também fortalecer o sentimento de pertencimento e de exclusividade legitimados pela apropriação e pelo uso. Estas territorialidades podem se adaptar ou resistir às tessituras impostas pelo Estado, ou pelo poder do dinheiro, mas é no encontro entre tessituras impostas e territorialidades vividas que o lugar emerge.

Então, aqui, referimo-nos a dois planos de totalidade, ou duas dimensões. A da escala local, do cotidiano no centro histórico em diálogo com seu entorno, seu conjunto paisagístico, ou a cidade; e a da escala global, de centros históricos chamados a participar de um processo mundial de valorização, reprodução e refuncionalização para fins turísticos, como marca do urbanismo contemporâneo. De Macau ao México, de Salvador a Cidade do Cabo, de Berlin a Istambul, de Barcelona a Williamsburg, é esse processo que se revela como uma reprodução de paisagens urbanas em série, *"O local aparece, então, nesses arranjos, como um 'tempo' exótico que confere mais-valia a paisagens homogeneizadas"*. (CASTRIOTA, 2010, p. 02). Nessa produção em série, capitalista, o signo é um produto mais atrativo que o próprio universo cultural simbólico que o originou, e ele pode ser reproduzido.

Tanto na primeira como na segunda dimensão escalar, o centro histórico, embora não tenha valor em si mesmo, não é um simples fragmento da totalidade, mas expressão viva de um processo socioespacial que se reproduz em várias escalas. O local é a experiência concreta e compartilhada (o vivido e o apropriado). Cabe a nós, investigadores da produção social do espaço, conectar interpretativamente estas práticas às redes globais de significados que estruturam tal processo.

Então, voltando às formas, não é esta que cria a função, o valor, ou o contrário. É o movimento da totalidade social que, ao se reproduzir, gera formas, funções e valores como forças propulsoras para novos movimentos e formas. A totalidade não é a somatória das partes, assim como a parte, não representa sozinha a totalidade. A totalidade, em sua dinâmica, atravessa as partes inserindo-as em sua lógica de funcionamento. (LEFEBVRE, H., 2000 [1ª ed.1974], SANTOS, M. 1996).

Assim, o espaço é uma categoria abstrata que se realiza na concretude das paisagens e dos lugares por meio dos quais a dinâmica do espaço social se reproduz alimentando a história. A totalidade é sempre fugidia, em seu movimento permanente de mudança estrutural. Assim, Santos (1996, p. 95) afirma que: "[...] toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se". Nesse processo, a ação (social, histórica e geográfica) une o universal ao particular, o mundo ao lugar, e a estrutura social realiza-se concretamente, na produção do espaço que substancia sua existência.

Cabe a nós construirmos as pontes entre a compreensão abstrata deste processo e a aplicação operacional deste conhecimento. Neste sentido, somamos à teoria um caso empírico emblemático com o objetivo de subsidiar a construção de uma abordagem geográfica da valorização turística do patrimônio cultural na produção do espaço. Apresentaremos aqui o sítio histórico de São Luiz do Paraitinga, em São Paulo. Claro que outras cidades, como Tiradentes e Ouro Preto, em Minas Gerais, a cidade de Goiás (GO), entre outras, também poderiam constar desta escolha. Embora esses casos multipliquem-se pelo território nacional, tomar aqui o caso de São Luiz do Paraitinga, exposto recentemente na mídia, nos

dará os argumentos necessários para a análise da refuncionalização turística do patrimônio cultural, da cenarização e reprodução/reconstrução de bens culturais e dos conflitos de interesse entre os valores de uso do patrimônio, da população local, e os valores do mercado do consumo cultural, seus sujeitos e ações.

SÃO LUIZ DO PARAÍTINGA (SP) – VALORES, PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NA RECONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A região do Vale do Paraíba, já no século XVII, configurava-se com pequenas vilas que davam suporte à passagem dos bandeirantes e *tropeiros* que, ao necessitarem de pousada, alimentação e serviços em suas viagens em busca de índios, ouro e diamantes, davam início a pequenos assentamentos. No século XVIII, em 1769, a freguesia de São Luiz do Paraitinga, localizada na Serra do Mar, em um terraço que margeia o rio Paraitinga, é criada como parte da Vila de Taubaté, pelo governador Morgado de Mateus, juntamente a outras trinta freguesias, para dinamizar a produção agrícola da região.

Embora o povoado tenha sido construído por famílias ligadas à agricultura de subsistência, em taipa de pilão, barro com estrume de animais, socado em tábuas de madeira, ou em pau-a-pique, trançado de madeira ou cipó, preenchido com barro, todos os trinta povoados possuíam um centro urbano planejado, com arruamento ortogonal.

Com a elevação da freguesia à categoria de Vila, em 1873, o núcleo urbano se expande e o Governo da Capitania passa a orientar, e mesmo a impor, normas para a ocupação, conservação e embelezamento, e para o padrão das construções e seu alinhamento. Na primeira metade do século XIX a estrutura urbana da região já se encontrava estabelecida, com ruas e logradouros originados, principalmente, devido à produção e comercialização do café:

A forte presença mineira, seja em relação aos elementos formais utilizados, seja na acomodação das edificações à topografia irregular, juntavam-se vestígios do néo-clássico, em largo uso no Rio de Janeiro, reflexo da presença da Corte, da experiência dos engenheiros da baixada fluminense e da taipa de pilão, característica marcante da região paulista (CONDEPHAAT, 1982, p. 14).

Ao longo do século XIX constitui-se a maior parte do patrimônio arquitetônico de São Luiz do Paraitinga, atual centro histórico, com as construções dos sobrados pelos produtores rurais, e as tradicionais edificações representantes do modelo de fundação de cidades do colonialismo português no Brasil, a Casa de Câmara (já demolida antes do tombamento), a Cadeia e as Igrejas.

Em seguida, com a decadência do café, o esgotamento dos solos e o afastamento dos principais eixos viários, a região fica isolada, fazendo parte do conjunto de cidades que Monteiro Lobato denominou de *cidades mortas*, processo que acabou por preservar seu patrimônio arquitetônico, hoje valorizado pelo turismo.

Além do patrimônio material, a cidade é reconhecida pelo seu patrimônio imaterial, ligado às festividades populares e religiosas, como a Festa de Reis e do Divino; as procissões, rezas e missas; os moçambiques, jongo e congadas, heranças da cultura negra escrava; a cavalhada, a dança de fitas e os costumes da cultura caipira, associados ao modo de vida rural tradicional.

Mas no momento dos estudos para o tombamento do núcleo histórico de São Luiz do Paraitinga, nos anos 1970, foi o patrimônio histórico arquitetônico que sustentou os argumentos, conforme podemos confirmar no texto do *Plano de Revitalização do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga*:

A cidade de São Luiz é um dos mais significativos exemplos de Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo, devido não somente à antiguidade e peculiaridade de seu traçado urbano, modelo que se firmou em outras cidades paulistas desenvolvidas em função da economia do café, mas, também, graças à representatividade e à homogeneidade do seu acervo arquitetônico que se mantém, até hoje, sem transformações comprometedoras [...] (CONDEPHAAT, 1982, p.05).

O arquiteto Luiz Saia, diretor da Superintendência Regional do IPHAN, em São Paulo, de 1946 a 1975, parece ter sido o mentor da valorização patrimonial de São Luiz. Tomando como objeto de investigação detalhada o núcleo histórico da cidade, interpreta o traçado urbano como exemplar do racionalismo iluminista da coroa portuguesa que, por intermédio das ordenanças do governador Morgado de Mateus, imprimiria esta concepção a várias cidades do estado de São Paulo; diferentemente das críticas já em voga, originadas por Sérgio Buarque de Holanda, para quem as cidades coloniais brasileiras, fundadas por portugueses, eram desordenadas e destituídas de beleza em relação às fundadas pela colonização espanhola. Nesta nova interpretação de Saia, as cidades originadas pelo modelo ortogonal seriam o princípio da malha em xadrez, representativa das heranças da racionalidade iluminista (MASSERAN, 2009; SAIA e TRINDADE, 1977).

À época Saia considerou a arquitetura de monumentos de São Luiz destituída de grandes excepcionalidades. O que deu a tessitura, o valor e a legitimidade para o tombamento dos exemplares arquitetônicos foi tomá-los em seu conjunto, revelando o estilo ou as tipologias arquitetônicas regionais, como o tipo paulista e o tipo mineiro.

O *Plano de Revitalização do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga*, documento que fundamentou o tombamento, em 1982, foi elaborado por técnicos do Condephaat e consultores contratados, preserva grande parte das concepções expressas nos estudos dirigidos por Luiz Saia. Segundo Masseran (2009, p. 13), este Plano estava em sintonia com um programa criado na gestão do arquiteto Ruy Ohtake, que priorizou a orquestração conceitual do que viria a ser a institucionalização de centros históricos no estado de São Paulo. A busca por critérios objetivos para o tombamento, debatidos no período, são revisitados até hoje: conjunto paisagístico, homogeneidade, densidade e regularidade, técnicas construtivas, visibilidade e ambiência, graus de proteção, traçado urbano, tipologias e estilos arquitetônicos, entre outros.

Embora o Plano tenha priorizado a ocupação burguesa no entorno da praça central, em relação à arquitetura popular, e a delimitação da área tombada tenha priorizado o gabarito, a homogeneidade das construções e a densidade ocupacional, vale destacar a qualidade do levantamento e das reflexões que sustentaram o Plano, e a definição de Zonas de Ocupação para o Uso do Solo, Zonas Envoltoárias de Proteção Ambiental (conjunto urbano fora o núcleo tombado), e Zona Envoltoária de Proteção Paisagística (as referências visuais no entorno do núcleo tombado, considerando o relevo e a vegetação).

Apesar de uma definição imprecisa da área de proteção paisagística, e de uma concepção de natureza como cenário – valor que ganharia força imagética na década seguinte – o Plano deixa claro o valor atribuído à estética da paisagem natural¹³:

Abandonar o princípio da procura do sítio significativo em termos paisagísticos, em função do relacionamento funcional do núcleo urbano, em favor de um princípio mais formal, no qual a paisagem passa a ser entendida quase que à maneira de um cenário, para a

¹³ Vale lembrar que esta centralidade da valorização do patrimônio urbano construído, em relação à paisagem natural, expressa no texto, refere-se a um período, anos 1970, no qual as questões ambientais ainda não apresentavam muita força política ou valor econômico e social no Brasil.

formação de um 'pano de fundo' que realce os referenciais das áreas urbanas, objeto da proteção mais rigorosa. (CONDEPHAAT, 1982, p.35).

Assim, priorizando o núcleo urbano, o Centro Histórico foi dividido em dois setores: Z-1, formado por 171 casarões assobradados, em sua maioria do século XIX, que tiveram influência da Corte e da arquitetura mineira; e Z-2, formado por 262 edificações, com construções da arquitetura popular e edifícios isolados. Para as duas Zonas foram definidos Graus de Proteção (GP)¹⁴, com restrições a partir das quais as solicitações de reformas ou construções novas são aprovadas ou não pelo Conselho. Tal normatização, criteriosa e adequada às concepções de preservação do patrimônio cultural, direta ou indiretamente, alterou o modo de vida da cidade, de rural para urbano, dinamizou as atividades turísticas, criando, inclusive, um calendário para as festividades locais, populares e religiosas, e institucionalizou o valor do patrimônio cultural, quer seja para os visitantes, quer seja para os moradores que, até então, apenas viviam as suas histórias no seu lugar.

Nas propostas de atuação do Plano, há uma orientação clara para a valorização turística:

Visando criar condições que possam reanimar esse acervo cultural, marginalizado do processo de desenvolvimento global, o Plano de Revitalização, ora elaborado para a Cidade, pretende diversificar a oferta de equipamentos hoteleiros com capacidade de impulsionar um turismo de massa, deflagrando, como consequência, substanciais benefícios para a região. (CONDEPHAAT, 1982, p. 143).

Fortalecendo esta orientação turística, em 2002, São Luiz do Paraitinga tornou-se *Estância Turística do Estado de São Paulo*, o que ampliou suas receitas e possibilitou o investimento na melhoria de seus equipamentos urbanos. Houve, nesse período, uma clara orientação para a produção de uma imagem da cidade associada ao seu patrimônio cultural (material, imaterial e natural), de modo a atrair os visitantes.

Embora o turismo tenha dado nova dinâmica econômica à cidade, a população local não foi consultada para posicionar-se, ficando alienada em relação aos projetos de intervenção urbana e às alterações de usos, como ocorreu com a Praça central, transformada em palco para as festividades do carnaval, evento que extrapolou a capacidade receptiva da infra-estrutura urbana e turística e passou a gerar problemas socioambientais; e com o Mercado que, indiretamente, expulsou os antigos usuários.

Outro processo que extrapolou as recomendações do Condephaat foi a expansão urbana e a intensificação de reformas não apropriadas à preservação do patrimônio arquitetônico, assim como a espetacularização deste para servir de cartão postal para a visitação turística. Um exemplo claro deste processo é a utilização de cores fortes nas fachadas de edificações, sobretudo as populares, ou mesmo o uso de cores claras e monocromáticas, para forçar uma imagem estereotipada da cultura popular, no primeiro caso, e da cultura burguesa, no segundo.

De volta ao futuro que se queria preservar e às dinâmicas do presente que vão se desdobrando em contradições e em resultados não intencionais, chegamos a um divisor de águas entre a preservação do patrimônio cultural original (material e imaterial) e a refuncionalização turística do lugar. É neste cenário que a enchente ocorrida em janeiro de

¹⁴ Para uma visão detalhada dos Graus de Proteção (GP), que variam do mais restritivo (GP - 1: Aplicável às edificações de alto interesse arquitetônico que não tenham sofrido descaracterização significativa; prevendo a conservação integral do imóvel - fachadas e divisões internas), ao menos restritivo (GP - 4: Aplicável às edificações destoantes do Centro Histórico, cabendo ao Condephaat orientar eventuais reformas, "sempre sem admitir soluções de imitação das edificações antigas"), ver: D.O.E. SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1982).

2010 vai ganhar uma importância significativa na redefinição do valor do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga.

Esse conjunto histórico arquitetônico, em grande parte construído com o uso de taipas e barro, ficou submerso pelas águas da chuva, à margem do rio Paraitinga que subiu dez metros e fez desmoronar a Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa, do século XIX, e a Capela das Mercês, construída em pau a pique no final do século XVIII, inaugurada em 1914, e tombada isoladamente em 1981 (Resolução SC-37, de 28.09.1981). Dos 426 imóveis tombados, as duas Igrejas e vários casarões ruíram, sendo que mais de oitenta ficaram comprometidos ou necessitando de reformas.

Então perguntamos: qual o valor desse patrimônio arquitetônico para a memória de sua população, dessa região, ou mesmo para o país, tendo em vista que, mesmo após o desmoronamento de inúmeras edificações históricas, do comprometimento de tantas estruturas e fachadas, o centro histórico foi tombado pelo IPHAN, em dezembro de 2010 (IPHAN, 2010), como Conjunto Histórico e Paisagístico, após quase um ano do acidente?

O tombamento federal incorporou ao centro histórico a preservação visual do entorno (6,5 milhões de m²) e a consequente valorização do patrimônio natural da mata atlântica que emoldura a cidade; e enviou uma mensagem clara aos especialistas do patrimônio cultural, indicando que o que está em jogo não é a preservação material do patrimônio arquitetônico original, mas a sua permanência como valor histórico, social e político, seja na escala local ou nacional. Por isso mesmo, este pode ser reproduzido em sua estética, ainda que com materiais, interesses e tecnologias do momento presente.

De qualquer modo, o esforço de reerguer a cidade orientou a politização da população local que, agora, participa do processo de reestruturação econômica e sociocultural, valorizando o turismo como estratégia política do município.

A reconstrução do patrimônio arquitetônico de São Luiz do Paraitinga tornou-se objeto político de parceria e, em certos momentos, de disputa, entre o governo federal (Ministério da Cultura, IPHAN e BNDES), o estadual (Secretaria da Cultura, CONDEPHAAT), o poder local e as organizações da população¹⁵.

Este caso de São Luiz do Paraitinga, já pesquisado antes do acidente (PRADO SANTOS e PAES-LUCHIARI, 2007), tornou-se exemplar pela sua capacidade de recuperação, pelo envolvimento da população local no processo, por sua valorização turística do patrimônio cultural, e por sua importância como objeto de disputa e de redefinição de concepções dos órgãos de preservação.

Claro que a discussão teórica de fundo insiste em questionar-se se o que estamos preservando são cenários, formas, fachadas e volumetrias, ou os conteúdos socioculturais aos quais remetem.

A reflexão que fizemos aqui se impõe para atentarmos melhor aos valores da preservação, de modo a não lançarmos um olhar romântico sobre a originalidade dos bens culturais; a não idealizarmos condutas que tendam a contradizer a dinâmica sociocultural como o sujeito da história. As normas aplicáveis ao tombamento, em 1982, pelo Condephaat, tais como as determinações expressas pelos Graus de Proteção, que restringem soluções que se utilizem de "imitação das edificações antigas", após o desabamento destas pela enchente são reinterpretadas pela população local e pelo próprio Conselho.

Como dissemos no início deste artigo, é no presente que construímos a realidade, com os eventos, as ações, as formas e as intencionalidades que ela nos apresenta. Nesse sentido, entre a memória que queremos preservar e o futuro que idealizamos ao normatizarmos tecnicamente os territórios culturais, o exemplo de São Luiz do Paraitinga é uma referência

¹⁵ Recursos técnicos e financeiros de diversas fontes aportaram na cidade para a sua reconstrução: R\$ 10 milhões do Ministério da Cultura, mais recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e auxílios técnicos do IPHAN, do CONDEPHAAT, do IPT, entre outros.

importante para pensarmos sobre o patrimônio cultural, sua valorização turística e o desenvolvimento local urbano.

Enquanto a imagem do sítio histórico colonial é vendida como principal referência imagética, o conjunto arquitetônico é, em grande parte, do século XIX, e não do século XVIII. Segundo Paulo Cesar Costa Gomes, em entrevista concedida à Revista Eletrônica Fator Brasil (MAIA, 2007), fazemos um curto-circuito histórico para ressaltar uma identidade para as cidades e, neste cenário, associamos as estruturas do consumo cultural.

Na verdade, pouco sabemos do século XX, período histórico esquecido pelos inventários do tombamento, lembrado apenas para situar, historicamente, a entrada em cena deste mago embusteiro - o turismo. Mas cabe lembrar que, antes mesmo do turismo, o que vemos como conjunto paisagístico harmonioso já foi objeto de várias intervenções formais e funcionais.

Embora em uma aproximação inicial do sítio histórico apresentado, fica claro o papel destas referências empíricas para a compreensão de nossas reflexões e hipóteses, ou seja, a valorização turística de sítios históricos urbanos no Brasil é uma estratégia de ideologia espacial que incorpora os signos culturais como imagem força da produção e apropriação do espaço no planejamento territorial.

Com esta reflexão concluímos que a geografia possui um importante papel para a compreensão teórica e operacional desse processo, afinal, é no espaço que as heranças simbólicas da produção cultural ganham substância e são institucionalizadas e transformadas em signos culturais com grande valor na esfera do consumo.

REFERÊNCIAS

- ARANTES NETO, A. A. A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo. In: FORTUNA, C. (Org.) **Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia**. Portugal: Editora Oeiras/Celta Editora, 1997. Cap. 12, pp. 259-270.
- BERDOULAY, Vincent e Paes, M.T.D. Imagem e patrimonialização em planejamento urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. **Revista Cidades** – Imagens da Cidade, Presidente Prudente, SP, v. 5, n. 7, p. 33-48, 2008.
- CARLOS, A.F.A. Uma leitura sobre a cidade. **Revista Cidades** – GEU, Presidente Prudente, SP, v. 1, n. 1, p. 11-30, 2004.
- CASTRIOTA, L. Vivências efêmeras, lugares sem peso: a estetização nas cidades contemporâneas. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico - **ComCiência**, Campinas, SP, SBPC/Labjor/Unicamp, 2010 (<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edição=60&id=763> - acesso em: 11.02.2011).
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001. 282 p.
- CONDEPHAAT (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE SÃO PAULO) (1982) **São Luis do Paraitinga** – Revitalização do Centro Histórico, São Paulo: CONDEPHAAT, 1982.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Edit. Contraponto, 1997. 237 p.
- DEGRÉMONT, Isabelle. **Patrimoine et aménagement** – etude géographique d'un outil d'aménagement. These (Doctorat Géographie-Amenagement) Université de Pau et des Pays de L'Adour (IRSAM/SET), Pau, France.1996.
- D.O.E. SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1982) Resolução 55, de 13.05.1982, Seq. I, São Paulo, 92 (098), sexta-feira, 28 de maio de 1982.

GASTAL, S. Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, S. (Org.) **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2002. 112 p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ.: Edit. Guanabara, 1989. 323 p.

GONÇALVES, J.R.S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

IPHAN (2010) Processo de Tombamento de São Luiz do Paraitinga, SP. (PROCESSO N: 1590-T-10). Inscrito como Conjunto Histórico e Paisagístico do Município, SP, em 12/10/2010.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro, R.J.: Casa da Palavra, 2005. 154 p.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo** – para uma compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro, R.J.: Editora Civilização Brasileira, 1989. 235 p.

LEFEBVRE, Henry. **La production de l'espace**. Paris, França: Ed. Anthropos, 2000 (4ª Edition, [1a ed.1974]). 485p.

LUCHIARI, M.T.D. Paes A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. (Org.) **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. Cap. 1, p. 9-28.

LUCHIARI, M.T.D. Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p. 95-106, 2005.

MADUREIRA, M. A. **A construção do Largo das Forras como patrimônio, Tiradentes (MG)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU/USP, São Paulo, 2011.

MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, São Paulo, v. 17, n. 49. p. 11-29, 2002.

_____. Etnografia urbana. In: FORTUNA, C. e LEITE, R.P. (Org.) **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina & Ces, 2009. Cap. 7, p.102-113.

MAIA, Mônica. Reportagem sobre Paraty, RJ – Entrevista com Paulo Cesar Costa Gomes. www.revistafatorbrasil.com.br. Entrevista concedida à Mônica Maia. 2007.

MASSERAN, P. R. **São Luis do Paraitinga. Preservação de um centro histórico: 1982-2009**. Relatório do Grupo de Estudos Sobre os Núcleos Centros Históricos – São Paulo: CONDEPHAAT. 2010, p. 1-38.

MAZIVIERO, M. C. **Memória e identidade urbana em Santos: usos e preservação de tipologias arquitetônicas da Avenida Conselheiro Nébias**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - FAU/USP, São Paulo, 2008.

MENEZES, Ulpiano T.B.de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V.H., SOUZA, M.C.de, BASTOS, R.L. e GALLO, H. (Org.) **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 35-53.

MINISTÉRIO DAS CIDADES **Reabilitação de centros urbanos**, n. 3, Brasília: Governo Federal, D.F. 2005, 84p.

MOTTA, Lia A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio**, IPHAN, Brasília, DF, n. 22, p. 108-122. 1987.

NORA, Pierre Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEOgraphia**, Revista de pós-graduação em Geografia, Niteroi, n. 15, p. 43-58, 2005.

PAES, M.T.D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R., SANSELO, D.G. e BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de base comunitária** – diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília, DF: Letra e Imagem/Ministério do Turismo/SNPDTUR, 2009a. pp. 162-176.

_____. Introdução e Apresentação. In: PAES, M.T.D. e OLIVEIRA, M.R.da S. (Org.) **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo, SP: Editora Annablume & Fapesp, 2009b. pp. 13-32.

_____. Paisagem cultural e patrimonialização contemporânea da cultura – apontamentos geográficos. COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, 1, Belo Horizonte, agosto, 2010. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/Escola de Arquitetura, 2010.

PRADO SANTOS, C.M. e PAES-LUCHIARI, M.T.D. A espetacularização do patrimônio cultural em São Luiz do Paraitinga/SP, Brasil. São Paulo. **Arquitextos** – Revista Eletrônica, São Paulo 08.088, Vitruvius, set, 2007. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/214.

PIVETEAU, Jean-Luc. Le territoire est-il un lieu de mémoire?. **L'Espace Geographique**, França: doin éditeurs. n. 2, p. 113-123, 1995.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial (Col. Artes e Ofícios). Tradução: Maria Lúcia Bressan Pinheiro. 2008 ([1ª edição 1849]), 88 p.

SAIA, Luiz; TRINDADE, J. Bitran. **São Luis do Paraitinga**. São Paulo: Condephaat, 1977.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 308 p.

_____. Modernidade e memória In: RIBEIRO, W.C. (Org.) **O país distorcido** – o Brasil, a globalização e a cidadania, São Paulo: Publifolha. 2001, Cap. 3, p. 24-26.

Recebido em novembro de 2011

Aceito em março de 2012